



Moreira Matiz/Agência Senado



Plenário durante sessão deliberativa: aprovado o Sistema Nacional de Cultura

Sistema Nacional de Cultura deve vigorar em breve

Pela proposta aprovada ontem em Plenário em primeiro e segundo turnos, as políticas conjuntas vão ser articuladas por União, estados e municípios

Relatada por Marta Suplicy, que hoje assume o Ministério da Cultura, a PEC cria mecanismo de gestão e promoção de políticas públicas na área cultural, pactuadas entre a União, os estados, os municípios e a sociedade civil. O sistema também busca assegurar a transparência e o controle social do setor cultural, a

partir da implementação de conselhos de cultura, fundos e outras formas de participação nas políticas públicas de produtores culturais e da comunidade em geral. Até o início de agosto, 1.173 municípios e 22 estados já haviam aderido ao embrião do Sistema Nacional de Cultura, agora oficializado com a nova emenda constitucional. **3**

Volta à Câmara projeto sobre lojas francas nas fronteiras 8

Senadores aprovam MP do Programa Brasil Carinhoso 9

Passa no Senado texto que prevê vacina anti-HPV para meninas 11

Plástica de mama logo após cirurgia de câncer 11

Waldemir Barreto/Agência Senado



Anibal, novo 1º vice-presidente do Senado, Sarney, presidente, e Marta, que assumirá hoje o Ministério da Cultura

Anibal Diniz é eleito 1º vice do Senado, no lugar de Marta

Ele deve ficar no cargo até fevereiro de 2013. Já a senadora substituirá Ana de Hollanda como ministra da Cultura. **2**

Revista mostra dificuldades da inovação 12



Luiz Antônio Elias, Eduardo Braga e Fernando Cesar Mesquita no lançamento do 12º número da *Em Discussão!*

Marcos Oliveira/Agência Senado

Presidente do BC crê em ritmo econômico mais intenso

Alexandre Tombini foi ouvido pela Comissão de Assuntos Econômicos. Apesar da pers-

pectiva de baixo crescimento internacional, o Brasil tem sólidos fundamentos, disse. **7**



Diretores do Banco Central e Delcídio do Amaral (D) ouvem Alexandre Tombini (3º à esq.)

Novas regras para medir consumo de água em condomínios 4

Polêmica, criação de Tribunal Regional Federal no Paraná é aprovada 8

Gerardo Magela/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ao lado de Viana (E) e Pimentel (2º à esq.), Pinheiro (D) fala sobre indicação de Anibal (3º à esq.) a vice-presidente da Casa

Anibal Diniz é eleito vice-presidente do Senado

Representante do Acre, ele foi indicação de consenso da bancada petista, que, com 13 membros, tem o direito de ocupar o cargo. O senador substitui Marta Suplicy, nomeada ministra da Cultura

ANIBAL DINIZ (PT-AC) foi eleito ontem, por 61 votos a 4, o novo 1º vice-presidente do Senado. O parlamentar assume a vaga deixada por Marta Suplicy (PT-SP), nomeada pela presidente Dilma Rousseff para o Ministério da Cultura, em substituição a Ana de Hollanda.

O senador deve ficar no cargo até 2 de fevereiro de 2013, quando se encerra o mandato da atual Mesa. Ele foi indicado por consenso pela bancada do PT, que, com 13 senadores, tem o direito de ocupar o cargo pelo critério da proporcionalidade.

— Apesar do pouco tempo de mandato, ele tem todas as condições de assumir o cargo — disse o líder do partido na Casa, Walter Pinheiro (BA).

Ao receber a indicação da legenda, Anibal disse sentir

um misto de “alegria e frio na barriga”.

— É uma alegria pelo reconhecimento do trabalho, e certa tensão pela responsabilidade de substituir uma senadora como Marta Suplicy.

Eleito como suplente do governador do Acre, o ex-senador Tião Viana, Anibal é graduado em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac) e atuante no jornalismo do estado desde 1984.

Ele foi secretário de Comunicação do Acre, de 1999 a 2006, nos dois governos de Jorge Viana, e de 2007 a 2010, no governo Binho Marques. Assumiu o mandato de senador quando Tião Viana renunciou após ter sido eleito governador.

Ontem, vários senadores cumprimentaram Anibal.

— Em Vossa Excelência, sempre vi a humildade, a

tranquilidade, a serena recusa aos holofotes e o seu permanentemente trabalho nas comissões e no Plenário — disse o presidente do Senado, José Sarney.

Também parabenizaram Anibal e Marta os senadores Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Renan Calheiros (PMDB-AL), Sérgio Petecão (PSD-AC), Benedito de Lira (PP-AL), Randalfe Rodrigues (PSOL-AP), Jorge Viana (PT-AC), Romero Jucá (PMDB-RR), Luiz Henrique (PMDB-SC), Ana Amélia (PP-RS), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Eduardo Suplicy (PT-SP), Gim Argello (PTB-DF), José Agripino (DEM-RN), Cyro Miranda (PSDB-GO), Eduardo Braga (PMDB-AM), Waldemir Moka (PMDB-MS), Sérgio Souza (PMDB-PR), Alfredo Nascimento (PR-AM), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Tomás Correia (PMDB-RO).

Marta se licencia para assumir Ministério da Cultura

Marta Suplicy (PT-SP) despediu-se ontem do Senado, depois de aceitar assumir o Ministério da Cultura, no lugar de Ana de Hollanda.

A despedida ocorreu logo após Marta renunciar ao cargo de 1ª vice-presidente do Senado. Ela se licenciará do cargo de senadora e tomará posse hoje no ministério.

No Plenário, classificou de “grande experiência” o período como senadora:

— Foi um grande momento, uma grande experiência na vida, poder participar destes quase dois anos e compartilhar tantas alegrias, dificuldades, frustrações e fazer tanta coisa boa por nosso país.

Marta defendeu a aprovação do Fundo Nacional de Cultura, projeto do qual é relatora e que, segundo ela, foi recomendado por Ana de Hollanda como “um dos instrumentos mais importantes para o funcionamento do ministério”.

Os senadores elogiaram a atuação parlamentar de Marta

Suplicy e lhe desejaram sucesso. O presidente do Senado, José Sarney, disse que ela vai fazer “uma imensa falta durante o tempo em que estiver fora”:

— É uma mulher excepcional, com grande espírito público e grande capacidade. A Cultura vai ter à frente uma



Waldemir Borreno/Agência Senado

Marta Suplicy: “Quase dois anos de dificuldades e alegrias no Senado”

Sarney conversa com chineses sobre estímulo às relações bilaterais

O estímulo às relações políticas, econômicas e sociais entre Brasil e China foi tema de reunião ontem, no Senado, entre o presidente da Casa, José Sarney, e o vice-presidente do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC), Zheng Wantong.

A China é o principal parceiro comercial do Brasil, responsável por 17% do comércio brasileiro. Wantong, que veio acompanhado de políticos e empresários chineses, sinalizou o interesse em ampliar as relações bilaterais.

O dirigente lembrou que Brasil e China têm acordos de cooperação nos setores comercial, de turismo e de ciência e tecnologia. Também há possibilidade de maior intercâmbio na área energética.

— Queremos o desenvolvimento não só econômico e social de ambos os países, mas contribuir para o crescimento de todos os países em desenvolvimento — disse.

Sarney classificou como estratégicas as relações com a China, ressaltando a ampliação de contatos e acordos. Ele citou o Plano Decenal Brasil-China, que estabelece ações conjuntas entre os países nos próximos dez anos.

— Isso reforça nossa confiança em fortalecer relações não apenas no curto prazo.

Wantong lembrou visita de Sarney à China, em 1988, quando ocupava a Presidência da República. Também participaram do encontro os senadores Lobão Filho (PMDB-MA), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Marta Suplicy (PT-SP) e o embaixador da China, Li Jinzhang.



José Cruz/Agência Senado

Zheng Wantong destaca visita feita por José Sarney à China, em 1988

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos realizados no Plenário após a ordem do dia serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Votações

9h30 Na pauta, dez requerimentos, o PLC 35/12, que trata dos crimes cibernéticos, e três PECs: a 63/11, sobre precatórios; a 65/11, sobre a criação de TRF em Belo Horizonte; e a 123/11, sobre imunidade tributária para fonogramas e videofonogramas produzidos no país.

PRESIDÊNCIA: Posse de ministra

9h30 O presidente José Sarney assina acordo sobre planos de saúde; às 10h30, vai à posse de Marta Suplicy como ministra da Cultura; às 12h30, recebe representantes da ANI; e às 15h, acompanha lançamento do Plano Brasil Medalhas 2016.

CAS: Motocicletas

8h A Comissão de Assuntos Sociais realiza o seminário Políticas para o Trânsito Seguro de Motos. Entre os participantes, o ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro.

CRE: Embaixadores

8h30 A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina nomes para embaixadas no Níger e na Namíbia.

CRA: Agrotóxicos

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária examina projeto sobre venda ilegal de agrotóxicos e o que dispõe sobre cana-de-açúcar na Amazônia Legal.

CDH: Oceanografia

9h A Comissão de Direitos Humanos debate a criação do Instituto Nacional de Oceanografia com o ministro da Ciência e Tecnologia, Marco Antonio Raupp.

CMA: Cerrado

15h30 Para debater a realidade do Cerrado, a Comissão de Meio Ambiente faz audiência pública com a participação do presidente da Embrapa, Pedro Arraes.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 8h30, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senado aprova o Sistema Nacional de Cultura

Pela proposta relatada por Marta Suplicy, que hoje assume ministério, políticas conjuntas serão articuladas por União, estados e municípios

FOI APROVADA ONTEM pela unanimidade do Plenário do Senado a criação do Sistema Nacional de Cultura, que será promulgada pelo Congresso. A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 34/12 foi resultado de articulação de Marta Suplicy (PT-SP), que relatou a PEC e hoje assume o Ministério da Cultura. Pelo projeto, União, estados e municípios poderão articular políticas conjuntas no

setor, democratizando a gestão da cultura no país.

De autoria do deputado Paulo Pimenta (PT-RS), a PEC acrescenta o artigo 216-A ao texto constitucional, criando o Sistema Nacional de Cultura e assegurando a transparência e o controle social do setor cultural, a partir da implementação de conselhos de cultura, fundos de cultura e outras formas de participação nas políticas públicas de produtores

culturais e da comunidade em geral. O Sistema Nacional de Cultura tem como objetivo ainda uma maior integração das três esferas de política cultural, incluindo administrações municipais, estaduais e o governo federal.

Eficiência

No relatório — aprovado na Comissão de Constituição e Justiça em agosto —, Marta afirma que, apesar dos avanços obtidos na

facilitação do acesso às fontes de cultura, ainda falta ao poder público um sistema que articule as ações culturais dos três níveis de governo.

Segundo Marta, ao se analisarem as medidas implementadas na forma de planos, programas e projetos pelas três esferas de governo, percebe-se que a falta de articulação entre as iniciativas gera perda de eficiência e desperdício de recursos.

Cooperação com o ministério já tem acordos desde 2009

O Ministério da Cultura firma acordos de cooperação com estados, municípios e o Distrito Federal desde 2009. Assim, vem sendo montado o embrião do Sistema Nacional de Cultura, que até o início do mês passado recebeu a adesão de 1.173 municípios e 22 estados.

A estrutura do sistema terá: Secretaria de Cultura, Conselho de Política Cultural, Conferência de Cultura, Comissão Intergestores, Plano de Cultura, Sistema de Financiamento à Cultura (com Fundo Nacional de Cultura), Sistema de Informações e Indicadores Culturais, Programa de Formação de Gestores Culturais e sistemas setoriais de Cultura.

Marta agradeceu a unanimidade e a disposição dos colegas para a quebra do interstício para aprovação da PEC em um único dia.

— Gostaria de agradecer a confiança e o apreço dos colegas pelo gesto de aprovar o Sistema Nacional de Cultura. A cultura hoje dá grande passo — declarou.



Senadores aprovam a proposta no Plenário por unanimidade, abrindo mão do intervalo de tempo previsto entre o primeiro e o segundo turnos de votação

Cyro Miranda diz que dificuldades do país tiveram origem no governo Lula

Cyro Miranda (PSDB-GO) afirmou que os problemas enfrentados pelo governo federal tiveram origem no governo Lula. As demissões de ministros pela presidente Dilma Rousseff, segundo o senador, resultaram da má gestão herdada do antecessor.

— É um fato histórico a demissão de oito ministros no primeiro ano de governo, sete dos quais envolvidos com escândalos de corrupção — afirmou, ressaltando que foram indicados por Lula.

Cyro Miranda disse que o baixo crescimento da economia nos últimos anos se deu em boa medida pela não adoção de medidas para enfrentar a crise mundial iniciada em 2008.

Quanto às privatizações de portos, rodovias e aeroportos, anunciadas pelo governo federal, Cyro considerou equivocado o modelo. Para ele, o projeto de concessões de aeroportos, por exemplo, não apresenta atratividade para os empresários porque subordina a gestão à Infraero.



Cyro Miranda: Dilma herdou problemas de Lula

Cidinho agradece a Gleisi por buscar solução para colonos da área Suiá Miçu

Cidinho Santos (PR-MT) agradeceu à ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e ao advogado-geral da União, Luís Adams, os esforços para impedir que 7 mil famílias sejam retiradas à força da área Suiá Miçu, em Mato Grosso, reivindicada por índios.

De acordo com o senador, a ministra determinou que o Exército brasileiro não ajude na retirada. A participação está em decisão judicial. Cidinho Santos informou que produtores bloquearam a rodovia BR-158 “e estão dispostos a matar ou morrer”, recusando-se a entregar a terra como foi determinado.

Segundo o senador, a área foi repassada há mais de 40 anos pelo governo do estado aos colonos, que sobrevivem da agricultura e pecuária leiteira. Há na região, disse, povoado com um posto de gasolina, três escolas, beneficiadoras de arroz e armazéns.



Cidinho Santos: 7 mil famílias correm risco

Capiberibe aponta superfaturamento em Macapá e pede fiscalização

João Capiberibe (PSB-AP) destacou a importância da transparência dos orçamentos públicos e do controle social sobre a execução orçamentária. Ele deu o exemplo de um cidadão de Macapá, que, pelo portal da transparência na internet, acessou nota de compra da prefeitura referente à aquisição de armários de vitrine para um posto de saúde. O cidadão decidiu consultar se o valor pago pela prefeitura batia com o praticado no mercado. Segundo o senador, foi encontrado um armário com as mesmas especificações da nota de empenho a R\$ 691, enquanto a prefeitura pagou R\$ 1.679.

Capiberibe lembrou que o prefeito de Macapá, Roberto Góes, foi preso em 2010 durante operação da Polícia Federal. O senador disse que encaminhará denúncia ao Ministério Público e lembrou que os municípios brasileiros com mais de 50 mil habitantes são obrigados a colocar na internet as receitas e despesas.



Capiberibe fará denúncia ao Ministério Público

Vanessa Grazziotin exige apuração de agressão sofrida antes de debate em Manaus

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) protestou ontem contra agressão que sofreu antes do debate entre os candidatos à Prefeitura de Manaus realizado terça-feira nos estúdios do SBT na capital amazonense. Os manifestantes chegaram a lançar ovos contra ela. Com oito concorrentes, Vanessa aparece na maioria das pesquisas como segunda colocada. Ela disse que a agressão foi planejada por um grupo que foi para a frente da emissora junto com pessoas integrantes de outra candidatura.

A senadora comunicou que enviou ao presidente do Senado, José Sarney, ofício para que a Casa interceda na Polícia do Amazonas e no Ministério Público estadual para que o episódio seja investigado e esclarecido.

Ela recebeu solidariedade de Eduardo Braga (PMDB-AM), Marta Suplicy (PT-SP), Alfredo Nascimento (PR-AM), Magno Malta (PR-ES), Ana Amélia (PP-RS), João Capiberibe (PSB-AP), Lídice da Mata (PSB-BA), Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Sarney (PMDB-AP).



Vanessa é candidata à Prefeitura de Manaus

Projeto que manda individualizar medição do consumo de água tem como objetivo evitar desperdício e foi aprovado ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional

Medição de água em condomínios pode mudar

OS CONDOMÍNIOS DEVERÃO adotar padrões de sustentabilidade ambiental que incluam a medição do consumo de água por unidade residencial. É o que determina projeto aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O texto (PLS 444/11) altera a lei que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. De acordo com o autor, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a inclusão do consumo hídrico nas despesas dos condomínios urbanos prejudica os consumidores comedidos e favorece os perdulários, o que incentiva o desperdício.

Em relatório favorável, Ciro Nogueira (PP-PI) diz que o benefício para os moradores com a mudança será o fim das distorções na conta de água. Ele observa que, na ausência de equipamento de medição individual, uma pessoa que mora sozinha desembolsa o mesmo valor de uma família grande.

O parlamentar apresentou emenda para modificar o prazo para a lei entrar em vigor, de dois para cinco anos, a fim de que os agentes econômicos possam providenciar as adequações necessárias.

A matéria segue para exame na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde receberá decisão terminativa — que não precisa passar pelo Plenário.

Na reunião da CDR, o presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), lembrou ter sido autor de legislação semelhante no Distrito Federal.

— É uma iniciativa simples, mas de resultados extraordinariamente significativos para promover a cultura da eficiência na utilização dos recursos hídricos — disse.



Depois de passar pela CDR, presidida por Benedito de Lira (acima), texto sobre medição de água em condomínios será analisado por mais duas comissões



ACS Coern

Avança proposta que reduz imposto para o turismo rural

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou ontem projeto que estabelece alíquota máxima de 3% para o Imposto sobre Serviços (ISS) incidente no turismo rural.

Estão incluídos entre os serviços beneficiados agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas relativos ao turismo rural, inclusive fornecimento de

alimentação, hospedagem e passeios.

A proposta (PLS 65/12 — Complementar), apresentada em março por Lauro Antônio, que substituiu o titular do mandato, Eduar-

do Amorim (PSC-SE), segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto altera a Lei Complementar 116/03, que regulamenta o ISS.

Aprovada Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado

Com o objetivo de buscar o crescimento econômico da região do Cerrado, garantindo responsabilidade ambiental e justiça social, foi aprovado ontem na CDR projeto de Rodrigo Rollemberg.

O PLS 214/12, que institui a Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado, estabelece a delimitação do bioma, trata dos princípios a serem observados na proteção e uso dos recursos ambientais e disciplina, entre outros pontos, o corte da vegetação e a coleta de subprodutos de espécies nativas.



Relatora, Lúcia Vânia elogia proposta observada pelo autor, Rodrigo Rollemberg

A relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), cumprimentou Rollemberg pela sensibilidade em relação ao meio ambiente,

em especial o Cerrado.

— É oportuno que, no momento em que estamos recriando a Sudeco

[Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste], essa política venha a fazer parte do plano de desenvolvimento do Centro-Oeste — disse a senadora.

Rollemberg lembrou que a aprovação do texto se deu no dia seguinte ao Dia do Cerrado, comemorado na terça-feira.

— Preservar o Cerrado é uma questão de sobrevivência e de compromisso com as futuras gerações — afirmou.

A matéria ainda será analisada pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Perdão para dívidas de pequenos produtores nordestinos passa em comissão

Pequenos produtores na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) podem ser beneficiados com perdão de dívidas de crédito rural. Projeto nesse sentido foi aprovado pela CDR.

O benefício previsto no texto (PLS 688/11) abrange os empréstimos feitos até 31 de dezembro de 2001 por agricultores familiares e de mini, pequeno e médio portes, suas cooperativas ou associações, no valor original de até R\$ 35 mil, sem contar juros e multas. Isso para recursos

do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou de outras fontes de financiamento rural.

A proposta de Vital do Rêgo (PMDB-PB) também suspende execuções judiciais relativas a essas operações e veda a inscrição dos tomadores no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), no Sistema de Proteção ao Crédito (SPC) e em outros sistemas de registro de inadimplência.

Além disso, o tomador de empréstimos dentro dos parâmetros estabelecidos, mas que tenha feito a operação de crédito de 1º de janeiro de 2002 até a data da publicação da lei, poderá liquidar a dívida com a contratação de nova operação com juros de 3% ao ano, com redução de 65% do valor da operação original e com prazo para amortização de até dez anos.

Pelo texto, também serão beneficiados os mutuários que contrataram operação de crédito rural no valor original superior a R\$ 35 mil

e inferior a R\$ 100 mil. Eles terão abatimento de 85% da dívida original e prazo de dois anos, a contar da data da publicação da lei, para liquidar o valor remanescente da dívida. Quem contratou operação superior a R\$ 100 mil terá o prazo de 20 anos para repactuar a dívida com os juros estabelecidos no artigo 45, inciso III, da Lei 11.775/08, que variam de 5% a 8,5%, de acordo com o tamanho do negócio do produtor.

“O governo federal tem a obrigação de reconhecer essa situação de vulnerabilidade

do agricultor nordestino e oferecer condições de flexibilidade para a quitação de suas obrigações junto às instituições financeiras federais, principalmente quando se tratar de agricultores familiares e de mini, pequeno e médio portes”, justificou Vital do Rêgo.

A matéria seguirá agora para as comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Assuntos Econômicos. Nesta última, receberá decisão terminativa — que não precisa necessariamente passar pelo Plenário da Casa.



Senador Sérgio Souza (3º à esq.) coordena a audiência pública da Subcomissão Permanente da Água com os especialistas Albert Cordeiro de Melo, Altino Ventura Filho e Vicente Andreu Guillo

Agência alerta para escassez de recursos hídricos

Construção de grandes reservatórios não pode ser vista apenas pelo lado negativo dos impactos ambientais, segundo Guillo, presidente da Agência Nacional de Águas

O PRESIDENTE DA Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo, chamou a atenção ontem para a importância de discutir a criação de novos reservatórios no país, não necessariamente ligados à produção de energia elétrica. Guillo participou de audiência pública realizada pela Subcomissão Permanente da Água, coordenada por Sérgio Souza (PMDB-PR).

Segundo o presidente da ANA, o Brasil tem atualmente reservas hídricas para 150 dias, número que deve cair para 94 dias em 2025. A quantidade é superior à da Etiópia, que tem apenas um mês de armazenamento, mas bem inferior à dos Estados Unidos, cujas reservas são suficientes para 500 dias.

— Os reservatórios são um mecanismo importante de gestão, garantem provisão nos períodos de estiagem e segurança a comunidades na prevenção de inundações — argumentou Guillo.

Aspectos positivos

De acordo com o presidente da ANA, apenas os aspectos ambientais negativos da criação dos reservatórios têm sido considerados e os pontos positivos das grandes reservas são muitas vezes esquecidos.

— A questão é polêmica, daí a importância de um amplo debate, até pela



necessidade de ampliação da capacidade de armazenamento brasileiro. Questões ambientais e sociais existem, mas os impactos positivos não podem ser esquecidos. Hoje interesses de mil pessoas atingidas na construção de um reservatório são superiores aos interesses de 100 mil que serão beneficiadas por ele — afirmou.

Segundo Guillo, vigora no Brasil uma cultura de que existe água em abundância e de que não há conflito por ela. Isso não é verdade, na avaliação dele. O gestor lembrou que a disputa pelo uso prioritário da água em setores como agricultura, abastecimento, geração de energia e navegação existe mesmo nas regiões economicamente mais desenvolvidas. E citou exemplos:

— Na região do Paraíba do Sul, entre Rio de Janeiro e São Paulo, esse conflito já está estabelecido. No interior de São Paulo também — informou o presidente da ANA.

Secretário critica opção pelas estradas

O secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho, afirmou que o Brasil comete um grande equívoco ao não explorar rios navegáveis para o transporte, principalmente, de grãos.

Segundo ele, o Brasil optou por uma solução ineficiente sob o ponto de vista energético ao privilegiar o escoamento

da produção nacional por meio de caminhões, queimando óleo diesel.

O secretário concordou com o presidente da ANA sobre a necessidade de discutir a construção de novas unidades de armazenagem de água, mas lembrou que há resistências por parte de alguns grupos sociais.

Segundo Altino, justamente por causa de resistências

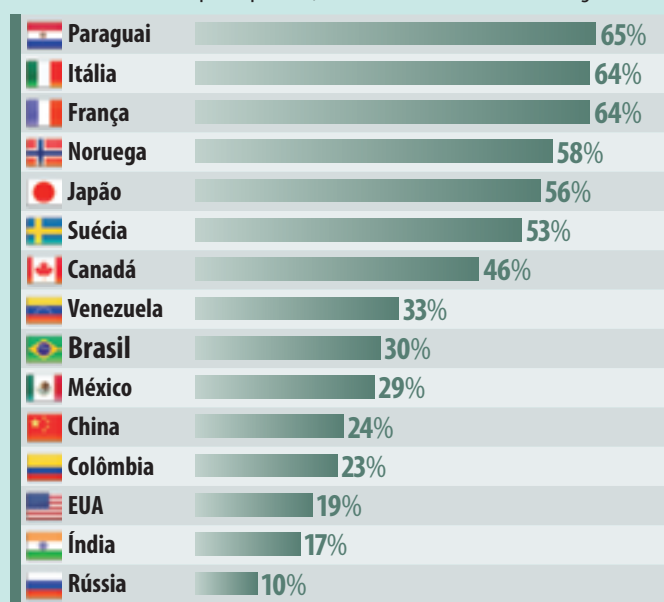
ligadas a questões ambientais o Brasil tem optado por construir novas usinas hidrelétricas sem grandes reservatórios com capacidade de regularização. São as chamadas usinas de fio d'água.

— Vamos abrir mão de benefício imenso que os reservatórios podem proporcionar ao país, sejam eles ligados diretamente à geração de energia ou não? — indagou.

País só usa 30% do potencial hidrelétrico

Baixo aproveitamento

Apesar das condições hidrológicas favoráveis, Brasil subutiliza a capacidade, e as usinas ocupam apenas 0,5% do território da Amazônia Legal



Fonte: Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel)

O diretor-geral do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), Albert Cordeiro de Melo, fez um panorama da matriz energética brasileira e apresentou estudos sobre soluções para o desenvolvimento sustentável da hidreletricidade.

De acordo com ele, as fontes renováveis respondem por 86% da matriz energética brasileira. As condições hidrológicas favoráveis e a geração eólica contribuem para o alto percentual. O Brasil, informou ainda, aproveita apenas 30,9% do seu potencial hidrelétrico, menos que Canadá (46%), Japão (56%), França (64%) e Paraguai (65%).

Melo disse ainda que as usinas ocupam 0,5% do território da Amazônia Legal

e que as reservas indígenas correspondem a 24%. No Brasil, informou o diretor-geral do Cepel, a participação do

setor energético na emissão de gases de efeito estufa é de 16,5%. O percentual sobe para 79% na Europa.

Comissão aprova isenção de vários tributos para produtos feitos com material reciclado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a proposta que elimina diversos impostos incidentes sobre produtos feitos com material reciclado ou reaproveitado.

Paulo Bauer (PSDB-SC) é

autor da PEC 1/12, que recebeu parecer favorável do relator, Armando Monteiro (PTB-PE).

O texto original pretendia acabar com todos os impostos aplicados a produtos elaborados preponderan-

temente com insumos provenientes de reciclagem ou reaproveitamento, mas alteração feita pelo relator manteve a cobrança do Imposto de Importação (II), com o argumento de não ser possível privar o governo

federal de um importante instrumento de regulação do comércio exterior.

— Se todos os impostos fossem retirados, isso poderia agravar, por exemplo, a importação de roupas fabricadas na China com

insumos reciclados no território daquele país — comentou.

A PEC 1/12 ainda precisa passar por dois turnos de votação no Plenário do Senado antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

Relator do projeto orçamentário, Romero Jucá reuniu-se ontem com ministra do Planejamento e informa que saúde, educação e programas sociais estão entre as prioridades da União para 2013



Jucá (E) discute com a ministra Miriam Belchior condições para novos investimentos

Gabinete Senador Romero Jucá

Relatório de receitas deve ser lido em 10 de outubro

O RELATÓRIO DE receitas para o Orçamento da União em 2013 deve ser apresentado em 10 de outubro — três dias após o primeiro turno das eleições municipais. A partir daquela data, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve começar as discussões sobre propostas de gastos, que incluem investimentos governamentais.

A informação foi dada pelo presidente da CMO, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), e pelo relator do projeto orçamentário, senador Romero Jucá (PMDB-RR), após reunião com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

Segundo Jucá, a reunião teve caráter preparatório, de nivelamento técnico entre as informações do Congresso e as do governo.

— Discutimos as condições para reajustar o Orçamento visando a despesas novas, principalmente no que tange aos investimentos — disse o senador, acrescentando que saúde, educação e programas sociais estão entre as prioridades.

Servidores

Ao ser questionado sobre o reajuste salarial dos servidores públicos federais — que motivou a recente greve de

Lei Orçamentária Anual 2013	
PARÂMETROS MACROECONÔMICOS	
▶ Crescimento do PIB	4,5%, chegando a R\$ 4,97 trilhões
▶ Salário mínimo	R\$ 670,95 (+7,9%)
▶ Inflação (IPCA)	4,5%
ORÇAMENTO (DESPESA PRIMÁRIA E FINANCEIRA): R\$ 2,14 TRILHÕES	
▶ Amortização da dívida	34,4%
▶ Benefícios previdenciários e assistenciais	19,7%
▶ Despesas discricionárias (todas os Poderes)	11,7%
▶ Pessoal e encargos sociais	9,7%
▶ Transferências a estados e municípios	9,3%
▶ Juros e encargos da dívida	7,6%
▶ Demais despesas financeiras	4,6%
▶ Demais despesas obrigatórias	2,7%
▶ Reserva de contingência primária	10,3%
DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO PODER EXECUTIVO: R\$ 249,4 BILHÕES	
▶ Saúde	34%
▶ PAC	18,2%
▶ Educação	16,3%
▶ Brasil sem Miséria	12,8%
▶ Demais	8,3%
▶ Defesa	7,3%
▶ Ciência, tecnologia e inovação	2,9%
REAJUSTE SALARIAL DE 15,8% EM 3 ANOS	
▶ Executivo (acordo com 93% dos servidores)	R\$ 8,9 bilhões
▶ Legislativo	R\$ 285 milhões
▶ Judiciário	R\$ 964 milhões
▶ MPU	R\$ 123 milhões

várias categorias —, Jucá reiterou que já há encaminhamento e entendimento feito pelo Executivo com o Judiciário e o Legislativo, referindo-se ao aumento de 15,8% que será dado nos próximos três anos.

— O que não houve a mais de reajuste vai ter de ser negociado com o governo. As categorias que ficaram de fora terão de procurar o governo para chegar a um entendimento — afirmou o senador.

Comissão examina nomes para embaixadas

Em reunião prevista para hoje, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deverá analisar duas indicações da Presidência da República para novos embaixadores na África. Também estão em pauta dois decretos legislativos destinados a ratificar acordos internacionais.

A primeira mensagem presidencial (MSF 48/12) aponta o nome de Arnaldo Caiche D'Oliveira para exercer o cargo de embaixador no Níger e,

cumulativamente, no Benin. O relator é o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

A segunda mensagem (MSF 70/12) é relatada pela senadora Ana Amélia (PP-RS) e indica Ana Maria Sampaio Fernandes para o cargo de embaixadora do Brasil na Namíbia.

Dois projetos de decreto legislativo complementam a pauta da CRE. O primeiro (PDS 73/12) ratifica a Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda

Internacional de Mercadorias, estabelecida em Viena, em 1980, no âmbito da Comissão das Nações Unidas para o Direito Mercantil Internacional. O relator é o senador Francisco Dornelles (PP-RJ). O segundo (PDS 121/12), relatado pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), aprova o tratado entre o Brasil e a China sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial, assinado em Pequim, em 2009, pelos dois países.

Projeto estimula compra de caminhões por autônomos

Foi aprovado ontem na Comissão de Infraestrutura o projeto (PLS 704/11) de Kátia Abreu (PSD-TO) que propõe reduzir a zero as alíquotas do PIS-Pasep e da Cofins sobre a receita bruta decorrente da venda desses caminhões no mercado interno. Também isenta do IPI os veículos vendidos aos transportadores autônomos de cargas.

O relator do projeto, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), destaca que há mais de 2 milhões de veículos de carga em circulação em todo o país, dos quais

cerca de 50% pertencem a motoristas autônomos.

Os veículos especificados no projeto são caminhão chassi com carga útil igual ou superior a 1.800 quilos e caminhão monobloco com carga útil igual ou superior a 1.500 quilos. A proposta também estimula a renovação da frota.

A comissão aprovou ainda projeto de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) que destina recursos do setor elétrico para a recuperação da cobertura vegetal em área de preservação permanente (PLS 155/12).



Pedro Franco/Agência Senado

Cyro Miranda (C), autor do projeto, lembra que ABS é obrigatório na Europa

Comissão aprova uso obrigatório de freios ABS para motos até 2014

A Comissão de Infraestrutura aprovou ontem relatório de Jayme Campos (DEM-MT) que inclui as motocicletas no projeto que torna obrigatório o uso de sistema antitravamento das rodas (ABS, sigla do inglês *anti-lock braking system*).

O projeto (PLS 195/12), de Cyro Miranda (PSDB-GO), altera o Código de Trânsito Brasileiro e a Resolução 380, de 28 de abril de 2011, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que determina a obrigatoriedade do ABS em todos os veículos nacionais e importados no mercado

brasileiro até 2014.

O sistema impede o bloqueio das rodas quando o pedal do freio é pisado fortemente, evitando derrapagem e perda de controle do veículo.

Cyro lembra que o ABS é obrigatório na União Europeia desde 2004. E reclama da exclusão das motocicletas na resolução do Contran, o que considera injustificável, já que o Brasil ainda é um dos países com maiores índices de acidentes de trânsito no mundo.

O projeto segue para votação final na Comissão de Constituição e Justiça.

Seminário debate hoje segurança de motociclistas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza hoje audiência pública com o tema "Trânsito seguro para motociclistas". O objetivo é discutir propostas de medidas socioeducativas para redução dos acidentes.

O seminário será realizado no Auditório Petrônio Portella das 8h às 13h30. Na primeira parte, haverá debate sobre legislação, fiscalização e política de segurança. Na segunda, serão discutidas questões relativas a saúde, processo de habilitação dos condutores e educação. Participarão do debate o presidente da CAS, senador Jayme Campos (DEM-MT), e a senadora Ana Amélia (PP-RS).

A CAS começou a discutir

o assunto em audiência realizada em maio. Na ocasião, os especialistas classificaram de epidemia o crescimento dos acidentes com motos.

A deficiência no processo de habilitação de motociclistas, o excesso de velocidade, a fadiga resultante de longas jornadas de trabalho, o consumo de álcool e drogas e a desatenção foram apontados como principais causas de acidentes.

Estão convidados para o debate, entre outros, representantes do Departamento Nacional de Trânsito, dos motociclistas profissionais, do Ministério do Trabalho, da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet) e da Associação Médica Brasileira (AMB).

País terá crescimento “mais intenso”, diz Tombini

Presidente do Banco Central afirmou no Senado que, apesar das más perspectivas internacionais, Brasil tem “sólidos fundamentos” para crescer, como reservas cambiais

O PRESIDENTE DO Banco Central, Alexandre Tombini, disse ontem no Senado que o cenário internacional continua “com perspectiva de baixo crescimento”, mas que o Brasil tem “sólidos fundamentos”, como reservas cambiais confortáveis, e que tudo aponta para um “ritmo econômico mais intenso” neste semestre.

Tombini participou de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O presidente do Banco Central disse que o mercado projeta elevação do PIB ao redor de 4% para 2013. Para este ano, depois de sucessivas reduções, a previsão é de um ganho de pouco mais de 1,6%. Tombini afirmou que a retomada ocorre “de forma gradual, mas consistente”.

Ele destacou o início de recuperação da indústria e a melhoria do desempenho da agricultura, com previsão de novo recorde na safra de grãos

no ano. O dirigente afirmou que continuam presentes fatores que vêm sustentando a demanda, como o emprego, a renda e o crédito.

Tombini ressaltou um conjunto de estímulos adotados pelo governo desde o ano passado com o objetivo de aquecer a economia — como a redução da taxa básica de juros (Selic) desde agosto do ano passado, hoje em 7,5% ao ano.

O presidente do Banco Central também destacou a

melhoria da liquidez por meio da redução dos depósitos compulsórios, o que resultou na injeção de quase R\$ 70 bilhões na economia desde dezembro.

Conforme assinalou, a economia se beneficiou das melhores condições de financiamento para as empresas e as famílias, ao lado de incentivos fiscais e tributários.

De acordo com Tombini, esses impulsos impactam na economia real com defasagens (de tempo), daí a

evidência de um crescimento ainda moderado. No entanto, continuou, isso não significa um esgotamento das políticas em curso, especialmente em relação às medidas monetárias.

— Não creio que a eficácia da política monetária esteja diminuindo. As defasagens se ampliaram em função do quadro internacional — disse Tombini, referindo-se ao tempo até que os estímulos à economia tenham o efeito desejado.



Do lado do senador Delcídio do Amaral (D), o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, fala em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos

Genaldino Magalhães/Agência Senado

De acordo com presidente do BC, “lista eterna” de maus pagadores é ilegal

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, admitiu que a instituição poderá investigar a suposta existência de uma lista de maus pagadores, na qual seriam mantidos de forma permanente os nomes de pessoas que foram devedoras, ainda que tenham renegociado ou quitado a dívida.

De acordo com Tombini, esse tipo de cadastro não tem amparo nas normas do Banco Central nem do Conselho Monetário Nacional (CMN).

— Do ponto de vista dos direitos dos consumidores, que se aplicam ao sistema financeiro, como já foi

definido pelo Supremo [Tribunal Federal], seria um abuso [haver] uma lista eterna de maus pagadores. Certamente, nos deparando com esse tipo de situação, teríamos que examinar do que se trata.

Ana Amélia (PP-RS), que levantou a questão na audiência pública de ontem, lembrou ter apresentado projeto de lei para criminalizar esse tipo de cadastro negativo.

— Se o cidadão que tem algum problema e não paga, mas faz uma renegociação, ele nunca mais vai [poder] operar com a instituição [financeira] — argumentou a senadora.

BC: preços agrícolas elevaram inflação, mas no longo prazo há um “viés desinflacionário”

O presidente do BC afirmou que as estatísticas apontam para a convergência ao centro da meta de inflação de 4,5% ao ano, mas numa “trajetória não linear” (o mercado elevou a inflação pelo IPCA para este ano, de 5,2% para 5,34%).

No curto prazo, disse, choques desfavoráveis de oferta (devido a problemas climáticos no Brasil e nos Estados Unidos)

impactaram os preços agrícolas. No entanto, Tombini vê prevalecer um “viés desinflacionário no médio e longo prazo”.

Sobre o impacto da redução nos preços da energia, o presidente do banco disse acreditar numa contribuição expressiva, mas explicou que os cálculos serão “refinados” e os dados vão sair no próximo relatório de inflação do BC, ao fim do mês.

Governo aposta na redução de tributos

Lindbergh Farias (PT-RJ) e Armando Monteiro (PTB-PE) provocaram o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, a opinar sobre a melhor forma de o país aproveitar a economia decorrente da redução dos custos da dívida pública, motivada pela redução da taxa básica de juros (Selic). De acordo com os senadores, o espaço fiscal deve ser utilizado para desonerar e ampliar os investimentos.

Primeiro, Tombini respondeu que a questão não é da

alçada do Banco Central. Depois, que medidas recentes anunciadas pelo governo apontam para a direção sugerida pelos senadores.

O presidente do Banco Central lembrou que países europeus também estão reduzindo custos trabalhistas para desonerar capital e que devem sair da crise com força para competir.

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Delcídio do Amaral (PT-MS), disse que o país precisa reduzir os custos que

oneram a produção.

Sérgio Souza (PMDB-PR) questionou o ritmo de queda da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), atualmente ao redor de 5% ao ano, na comparação com a taxa Selic. A seu ver, há um tratamento destoante diante da importância da TJLP para os investimentos que dinamizam a economia. Tombini defendeu a ampliação da oferta de recursos para investimentos de longo prazo, a partir do desenvolvimento do mercado de capitais.



Armando Monteiro e Lindbergh Farias na audiência: perguntas ao presidente do Banco Central sobre a dívida pública

Genaldino Magalhães/Agência Senado

Senado aprova autorização para *free shop* em fronteira

Alterada por substitutivo, matéria volta à Câmara. Pelo novo texto, fruto de acordo, as isenções serão definidas pelo Ministério da Fazenda e as mercadorias poderão ter procedência nacional ou estrangeira

O SENADO APROVOU projeto que autoriza o Executivo a instalar lojas francas, isentas de impostos definidos pelo Ministério da Fazenda, para a venda de mercadoria nacional ou estrangeira em cidades na fronteira do país caracterizadas como gêmeas de suas vizinhas no exterior. A matéria (PLC 11/12), agora, voltará para a Câmara dos Deputados.

Segundo a relatora, Ana Amélia (PP-RS), pelo menos 28 cidades ou pontos de fronteira servidos por rodovias federais poderão contar com *free shops*, a exemplo do que já se aplica nos aeroportos.

Os benefícios tributários só serão concedidos aos turistas em visita ao Brasil, mas o pagamento das mercadorias poderá ser em moeda nacional

ou estrangeira.

O substitutivo de Ana Amélia ao texto que veio da Câmara, depois de longa negociação com o Ministério da Fazenda, a Receita Federal e a Casa Civil, eliminou, conforme propunha o texto original, a criação do Regime Aduaneiro Especial de Exportação pelo Varejo Nacional (EVN), conhecido como Tax Free. Esse regime garante a restituição de impostos pagos, notadamente o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA).

De acordo com a senadora, a Receita Federal argumentou que o maior obstáculo à implantação do EVN é a falta de condições de realizar o controle eficaz desse mecanismo. Além disso, há dificuldades para estimar o valor dos tributos a serem restituídos,

e as complexas questões operacionais demandariam investimentos elevados para garantir a devolução. Por isso, o governo era contra a proposta, que foi aprovada somente após acordo.

Mesmo assim, Ana Amélia comemorou, pois disse que muitas cidades fronteiriças brasileiras sofrem concorrência desleal por não contarem com as lojas francas, existentes nos municípios vizinhos de países como Uruguai, Paraguai e Venezuela.

— Com essa aprovação, o Senado cumpre uma grande responsabilidade com a região de fronteira, que precisa de apoio, não apenas na área econômica, mas também para o desenvolvimento social — disse.



Eunício Oliveira preside reunião da CCJ ao lado de Renan e Agripino

Paraná pode ganhar TRF, apesar de críticas sobre inconstitucionalidade de proposta

Argumentos de inconstitucionalidade não impediram a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de aprovar, ontem, proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria Tribunal Regional Federal (TRF) no Paraná.

Apresentada por Sérgio Souza (PMDB-PR), a PEC 42/12 estabelece prazo de 180 dias para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) enviar projeto de lei ao Congresso tratando da organização, estrutura e funcionamento do novo tribunal.

O enfrentamento da sobrecarga processual no TRF da 4ª Região, que abrange Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, foi o argumento usado para justificar sua criação.

A exemplo de Sérgio Souza, os demais senadores pelo Paraná, Alvaro Dias (PSDB) — relator da PEC — e Roberto Requião (PMDB), observaram que a instalação de um TRF no estado é um pleito de entidades jurídicas locais.

Se Alvaro e Souza acreditam que a alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), prevista na PEC, torna a matéria constitucional, Requião reconheceu a inconstitucionalidade alegada, mas

não abriu mão de votar pela aprovação.

A decisão da CCJ foi idêntica à aplicada à PEC 65/11, que trata da criação de TRF em Minas Gerais e que foi submetida, ontem, à primeira sessão de discussão, em segundo turno, no Plenário.

— Não podemos dar um tratamento diferenciado para a mesma matéria — opinou Tomás Correia (PMDB-RO), favorável às PECs.

Na linha contrária, Pedro Taques (PDT-MT) afirmou que a criação de TRFs só é possível por meio de projeto de lei complementar, cuja apresentação é de competência privativa do STJ.

Além de apontar inconstitucionalidade na PEC 42/12, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) também contestou o mérito da matéria. Ele avaliou que o atual volume processual não justificaria a criação de um TRF no Paraná. A matéria segue para dois turnos de votação no Plenário.

A CCJ também aprovou projeto de lei da Câmara (PLC 40/12) que cria dez cargos de provimento efetivo de analista judiciário, na especialidade execução de mandados, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 14ª Região, em Porto Velho.

Calheiros apresenta relatório à indicação de Zavascki para o STF

Começou ontem a tramitação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da indicação de Teori Zavascki para o Supremo Tribunal Federal (STF). Renan Calheiros (PMDB-AL) apresentou seu relatório à indicação (MSF 82/20), feita pela presidente Dilma Rousseff. Em seguida, foi concedida vista coletiva da mensagem. Segundo o relatório, Teori Zavascki reúne os atributos constitucionais necessários para ocupar o cargo.

O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), informou que a sabatina do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ocorrerá no próximo período de esforço concentrado, a ser definido pelos líderes partidários.

Aprovada criação de 57 cargos para o TRT de Pernambuco

O Plenário aprovou ontem a criação de cargos efetivos na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, em Pernambuco.

São 57 cargos de analista judiciário, na área de tecnologia da informação.

A criação é condicionada à autorização em anexo próprio da Lei Orçamentária Anual com respectiva dotação suficiente para o provimento.

O projeto (PLC 52/12) estabelece que os recursos financeiros para a contratação dos novos servidores deverão estar previstos no Orçamento geral da União. A iniciativa, que vai à sanção presidencial, foi relatada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania por Armando Monteiro (PTB-PE).



Eduardo Braga (E, ao microfone) diz que Dilma não deve vetar o substitutivo de Ana Amélia (D) ao projeto da Câmara

Governo está comprometido com a proposta

Há um compromisso do governo em não vetar o substitutivo de Ana Amélia ao PLC 11/12, afirmou Eduardo Braga (PMDB-AM), líder governista no Senado.

— O texto da senadora é fruto de um entendimento e a presidente Dilma Rousseff está sensibilizada com a ques-

tão do arranjo produtivo nas regiões de fronteira. A matéria trará novos benefícios e mais atividade econômica para os municípios. A intenção é que no próximo esforço concentrado dos deputados já se vote o substitutivo — afirmou.

Waldemir Moka (PMDB-MS), Romero Jucá (PMDB-

RR), Sérgio Petecão (PSD-AC), Tomás Correia (PMDB-RO) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), comemoraram a aprovação do texto.

O projeto original é de autoria do presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS).

Suplicy pede providências contra “escalada de chacinas”

Eduardo Suplicy (PT-SP) cobrou providências dos governantes contra a “escalada de chacinas” no Rio de Janeiro e em São Paulo. Ele se solidarizou com as famílias dos seis jovens assassinados recentemente na Favela da Chatuba, na Baixada Fluminense.

Suplicy lembrou que os corpos dos jovens entre 16 e 19 anos foram encontrados nus, com sinais de tortura, facadas e tiros.

Ele acrescentou que chacinas semelhantes ocorreram este ano também em São Paulo e na própria cidade do Rio de Janeiro. Para o senador, é inadmissível o Brasil conviver com tragédias desse tipo.

— No Estado democrático de direito, já alcançado pelo nosso país, não pode haver lugar para chacinas e execuções de pessoas — declarou.

Tomás Correia cita aumento da violência contra jovens

Tomás Correia (PMDB-RO) manifestou preocupação com a violência contra crianças e jovens no Brasil. Ele destacou o *Mapa da Violência 2012 — crianças e adolescentes do Brasil*, divulgado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (Cebela) em julho.

Segundo ele, os dados são “assustadores”.

— O Brasil está ficando cada vez mais violento e nossas crianças e adolescentes constituem o grupo mais exposto a esse descalabro — disse.

Tomás Correia ressaltou que a taxa de homicídios de adolescentes cresceu 346% em

30 anos.

Segundo ele, o número de assassinato de crianças e adolescentes no Brasil é 65 vezes maior que o registrado em Portugal e 130 vezes maior que os índices do Egito.



Waldemir Moka/Agência Senado



Tomás Correia/Agência Senado

Líderes adiam votação de texto sobre crimes cibernéticos

Em busca de um texto consensual, os líderes dos partidos no Senado decidiram adiar a votação do projeto que tipifica crimes cibernéticos (PLC 35/12). A proposta tramita em regime de urgência.

A votação deve ocorrer no próximo esforço concentrado, que pode ocorrer na terceira semana de outubro (entre os dias 15 e 19), se os líderes não conseguirem acordo para outro esforço concentrado antes, na última semana de setembro.

José Agripino (DEM-RN), Romero Jucá (PMDB-RR) e Eduardo Braga (PMDB-AM) comunicaram que eles e outros senadores, como Pedro Taques (PDT-MT), Aloysio Nunes (PSDB-SP) e Eunício Oliveira (PMDB-CE), estão negociando um texto que permita a aprovação da matéria em Plenário, já que o desapensamento da proposta do projeto do novo Código Penal (PLS 236/12) gerou impasse na Casa.

Apesar de tratar de um tema previsto no texto do novo código — os crimes pela internet —, a proposta chegou a ir a Plenário no final de agosto, mas acabou tendo a votação adiada por falta de consenso.

O PLC 35/12 cria uma figura nova na legislação para possibilitar a punição dos crimes cibernéticos.

PEC dá mais poderes a assembleias legislativas

Começou a tramitar no Senado uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que amplia a competência legislativa dos estados. A proposta, ainda sem número, tem como signatários os presidentes de 15 assembleias legislativas (AC, AP, CE, DF, ES, GO, MG, PA, PR, PI, RJ, RR, RO, SC e SP).

A PEC altera artigos da Constituição que tratam das matérias de competência da União, do Congresso Nacional e dos estados. A proposta será analisada inicialmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

As mudanças da PEC autorizam as assembleias a tratar de temas como direito processual, assistência social, trânsito e transporte — que deixam de ser de competência privativa da União e passam a ser de competência concorrente da União e dos estados. Também passam a ter o mesmo tratamento leis sobre licitação e contratação e diretrizes e bases da educação.

Os deputados estaduais argumentam que, ao ampliar a competência dos Legislativos estaduais, eles poderão atuar em assuntos mais próximos da realidade dos estados.

Senado aprova MP do Brasil Carinhoso e amplia Bolsa Família



Luiz Henrique, José Sarney, Aloysio Nunes e José Agripino: Plenário aprovou Medida Provisória do Brasil Carinhoso

Waldemar Barreto/Agência Senado

Medida provisória aprovada ontem pelo Plenário cria novo benefício financeiro para famílias carentes com crianças de até 6 anos

O SENADO APROVOU ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 16/12, que institui o Programa Brasil Carinhoso, lançado em maio pelo governo federal.

As medidas chegaram a ser elogiadas pelos senadores de oposição, mas o texto gerou polêmica por autorizar o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) em obras no setor de educação.

Entre as providências instituídas pelo texto, oriunda da Medida Provisória (MP) 570/12, está a criação de um novo benefício no Programa Bolsa Família.

O benefício será concedido a famílias com crianças de até 6 anos e que vivem na extrema pobreza. O objetivo é garantir uma renda de ao menos R\$ 70 por pessoa a essas famílias.

Segundo Wellington Dias (PT-PI), o Programa Brasil Carinhoso já tirou milhares de famílias da miséria desde que a MP foi editada.

— É bom para o Brasil, é bom para as crianças e é bom para as mulheres — afirmou.

O projeto prevê a transferência de recursos da União para apoiar a educação infantil e altera regras do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Segundo a justificativa da MP, a taxa de extrema pobreza para a população de até 3 anos de idade é de 13,4% — 66,5% maior do que o verificado na população em geral. As crianças nessa faixa etária entre as famílias de menor renda também têm maior dificuldade de acesso a creches.

Em 2012, o benefício destinará R\$ 1,29 bilhão para 2,21 milhões de famílias. Para 2013, serão R\$ 2,29 bilhões para 2,28 milhões de famílias.

Medida reforça verba da educação infantil

O Programa Brasil Carinhoso também tem como objetivo ampliar as vagas na educação infantil. Para isso, a MP aprovada ontem pelo Senado prevê o apoio financeiro da União aos municípios e ao Distrito Federal para a abertura de novas turmas em estabelecimentos públicos e em instituições sem fins lucrativos.

Apesar de considerarem positivo o apoio à educação infantil, senadores opositores afirmaram que a MP veio após o fracasso do governo no cumprimento da promessa de ampliação das vagas.

Alvaro Dias (PSDB-PR) chegou a falar em “propaganda enganosa”. Segundo Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), para que a promessa de 6.427 novas creches até 2014 fosse cumprida, seria necessário que tivessem sido inauguradas até agora 178 creches por mês.

— Sabem quantas creches foram entregues? Zero, nenhuma. Então, diante do fracasso dessa iniciativa, a presidente lança essa medida provisória, que contém aspectos meritórios, no meu entender.

Para Lúcia Vânia (PSDB-

Programa Brasil Carinhoso		
Benefício a famílias com crianças de até 6 anos na extrema pobreza		
	INVESTIMENTO	FAMÍLIAS ATENDIDAS
2012	R\$ 1,29 bilhão	2,21 milhões
2013	R\$ 2,29 bilhões	2,28 milhões
2014	R\$ 2,36 bilhões	2,35 milhões

Ampliação de vagas na educação infantil			
	INVESTIMENTO	NOVAS MATRÍCULAS EM CRECHE	EM PRÉ-ESCOLA
2012	R\$ 85,9 milhões	40 mil	30 mil
2013	R\$ 528 milhões	100 mil	80 mil
2014	R\$ 712 milhões	120 mil	80 mil

GO), não se pode desmerecer a importância da MP para a educação infantil. A senadora citou pesquisas que apontam que o acesso à educação na infância melhora o desempenho escolar dos alunos nos níveis mais avançados: — Educação infantil não é luxo ou extravagância.

O valor do apoio terá como base o número de crianças atendidas nas novas turmas e o valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente para a educação infantil. Para as creches, o valor do apoio será de 50% do definido para a educação infantil. Excepcionalmente em 2012, o valor concedido será de 25%.

As transferências sairão do orçamento do Ministério

da Educação. Para 2012, o investimento projetado é de R\$ 85,9 milhões para 40 mil matrículas em novas turmas de creche e 30 mil matrículas de pré-escola. Para 2013, a reserva será de R\$ 528 milhões. Para 2014, de R\$ 712 milhões.

Habitação

As alterações nas regras do Programa Minha Casa, Minha Vida permitirão ao Fundo de Arrendamento Residencial a construção de equipamentos sociais, como os de saúde e educação, em terrenos públicos e a doação deles aos estados e municípios. Para isso, os entes deverão assumir a operação, a guarda e a manutenção dos prédios.

Ampliação de regime especial de licitações causa polêmica

O texto da MP do Programa Brasil Carinhoso foi criticado pela oposição por autorizar o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) nas obras e serviços de engenharia do sistema público de ensino.

A medida foi incluída no texto durante a tramitação na comissão especial que analisou a MP 570/12. Em Plenário, os líderes do PSDB, Alvaro Dias, e do DEM, José Agripino, apresentaram requerimento

de destaque que retirava a autorização do texto, mas o pedido foi rejeitado. Ambos lembraram que o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, ajuizou ação direta de inconstitucionalidade contra a lei que criou o RDC.

O RDC foi criado para facilitar licitações e contratos de grandes eventos esportivos, como a Copa de 2014. Depois, por meio de outra MP, o uso foi autorizado também para obras do Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC). Segundo Aloysio Nunes Ferreira, com a inclusão da educação no RDC, 83% do Orçamento da União poderá ser gasto sob o regime.

— Até muro de cemitério e mictório público podem ser obras do PAC — disse.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lembrou que tramita no Senado o PLC 32/07, que atualiza a Lei de Licitações [Lei 8.666/93], e disse que seria melhor avançar na análise do projeto.

— Não dá para, a cada vontade do Executivo, o Senado acatar essas exceções que estão virando regra — disse.

Relatora-revisora do PLV 16/12, Ângela Portela (PT-RR) disse que a adoção do RDC permitirá a diminuição dos prazos, facilitando o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação. Sobre a dificuldade de fiscalização, a senadora afirmou que os órgãos de controle poderão acompanhar o processo.

Casildo: parceria público-privada no refino de petróleo

Casildo Maldaner (PMDB-SC) sugeriu a adoção de um modelo de parceria com a iniciativa privada para o refino de combustíveis no Brasil.

Para o senador, a participação do investimento privado poderia dotar o país de uma estrutura mais eficiente de refino e reduzir a dependência da importação de derivados de petróleo.

— A participação da iniciativa privada configura-se em alternativa viável, de rápida implementação e que poderá trazer os efeitos desejados, seja no modelo de concessão, seja em parceria direta com a Petrobras — disse.

A insuficiência na produção de derivados de petróleo no Brasil foi um dos principais temas discutidos anteontem numa audiência pública no Senado. A presidente da Petrobras, Graça Foster, reconheceu o problema e afirmou que o Brasil importará derivados de petróleo até a entrada em operação de novas refinarias.

Casildo citou simulações que apontam, no cenário mais otimista, aumento de 354% na importação de gasolina em dez anos. O déficit, segundo ele, obriga o país a gastar “sommas relevantes” para garantir o abastecimento, principalmente de diesel e gasolina.

O senador disse concordar com a presidente da Petrobras, que aponta o aumento da produção de etanol entre as soluções contra a dependência das importações.



Casildo: país não pode depender de derivados do petróleo importados



Georges Ferreira (PUC), Antonio Henrique Silveira (Fazenda), senador Vicentinho Alves e Neusvaldo Lima (Turismo)

Incentivo à aviação esbarra no preço do combustível

Governo federal afirma que está prestes a concluir plano de estímulo à aviação regional, mas critica elevados valores do querosene; ideia da Secretaria de Aviação Civil é reduzir impostos do combustível.

O PLANO DO governo para estimular a aviação regional está em fase final de elaboração, mas ainda esbarra em problemas como o alto custo do querosene de aviação.

A afirmação foi feita ontem pelo secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Antonio Henrique Pinheiro Silveira, numa audiência pública da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

De acordo com Silveira, a Secretaria de Aviação Civil negocia com o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) a redução das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre o preço do querosene de aviação (QAV).

— Pensamos em mecanismos que devem ser anunciados junto com o plano de aviação regional, para que tenhamos apoio para as empresas voarem

para aqueles destinos que serão beneficiados — disse.

O objetivo do plano é expandir a oferta de voos, identificando preferencialmente destinos considerados polos de atividade turística no país.

A meta, de acordo com a Secretaria de Aviação Civil, é ampliar de 71% para 94% o percentual de brasileiros atendidos por aeroportos no país. A estimativa é que mais de cem terminais de aeroportos sejam beneficiados por investimentos em infraestrutura.

Demanda crescente

Para atender a essa demanda, o governo criou o Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), que vai receber os aportes dos aeroportos concedidos à iniciativa privada e deverá aplicar mais de R\$ 1 bilhão por ano na aviação regional.

De acordo com representante do Ministério do Turismo,

Neusvaldo Ferreira Lima, o investimento na aviação regional atende uma crescente demanda.

Dados da Infraero apontam crescimento de 180% nos desembarques em voos domésticos no primeiro semestre de 2012 em relação a 2003.

— O aumento da renda média e do consumo das famílias e a eclosão de uma nova classe média no Brasil constituem uma oportunidade ímpar para o fortalecimento do mercado do turismo e a afirmação do turismo como importante fator de desenvolvimento social — afirmou.

O entrave que o preço dos combustíveis representa para a aviação é tema recorrente nas reuniões da subcomissão e também foi alvo de críticas de empresários do setor, ontem, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

“É preciso investir no acesso aos aeroportos”

A interiorização da aviação precisa estar vinculada ao investimento em outros meios de transporte, afirmou o professor de Direito Aeronáutico da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Goiás Georges Ferreira, na audiência pública de ontem.

— Sempre falamos em construir aeroportos. Isso é importante. Mas, de que

adianta construir, se não tem mobilidade nem acessibilidade? Esse é o grande desafio que temos. Não adianta ampliarmos a capacidade do Aeroporto de Guarulhos, de 17 milhões para 30 milhões [de pessoas], se não conseguimos chegar [lá] — apontou.

O debate fez parte do ciclo de audiências públicas da Subcomissão Temporária

sobre a Aviação Civil a respeito de políticas públicas para a área.

A subcomissão, presidida por Vicentinho Alves (PR-TO), faz parte da Comissão de Infraestrutura e realizará outra audiência em 9 de outubro com representantes dos ministérios do Planejamento e do Desenvolvimento Social.

Ferraço quer mudança na MP da tarifa da energia elétrica

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) avalia que, mesmo com a redução da tarifa de energia elétrica no Brasil, o valor continuará muito acima da média internacional, sobretudo quando comparado com as economias emergentes que competem com o país, como Rússia, Índia e China.

O senador defendeu o aprimoramento, durante a tramitação no Senado, da MP 579/12, que trata da redução da tarifa. Ele sugere a redução do PIS e da Cofins incidentes sobre a energia.

A queda no preço das tarifas, salientou, é importante para o país no contexto da crise econômica mundial.

Ferraço é autor de um projeto com teor similar ao da MP 579/12.

— A diferença é que na nossa proposta ousamos mais, na direção de fazer com que a energia elétrica deixe de ser um empecilho para o desenvolvimento da indústria e para a geração de oportunidades para milhões e milhões de brasileiros.

Ferraço lembrou que a energia elétrica no Brasil, “uma das três ou quatro mais caras do mundo”, prejudica a competitividade da indústria brasileira em nível global.

Na prática, continuou ele, a MP editada pelo governo prevê uma nova estrutura básica na tarifa de energia elétrica para o consumidor doméstico e o industrial, com enfoque na retirada de encargos setoriais que pesam sobre o custo final.



Ricardo Ferraço: mesmo com redução, tarifa continuará alta

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Anibal Diniz

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Projeto reconhece profissão de cuidador de idoso

Projeto que regulamenta a profissão de cuidador de pessoa idosa foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo. Foi acolhido substitutivo da relatora, Marta Suplicy (PT-SP), ao projeto (PLS 284/11) de Waldemir Moka (PMDB-MS).

Conforme o texto, cuidador de pessoa idosa é o profissional que desempenha funções de acompanhamento e assistência exclusivamente à pessoa idosa. Poderão exercer a profissão pessoas com mais de 18 anos que concluíram o ensino fundamental e curso de qualificação específico, conferido por instituição de ensino reconhecida por órgão público. Profissionais que, à época de entrada em vigor da nova lei, trabalharem na função há pelo menos dois anos serão dispensados da exigência de curso de qualificação.

Autorizado exercício domiciliar para profissional liberal

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem projeto de lei de Cícero Lucena (PSDB-PB) que garante o exercício domiciliar de profissão liberal. De acordo com a proposta (PLS 556/11), somente serão admitidas restrições na hipótese de a atividade causar riscos à saúde e à segurança pública.

Profissão liberal, segundo define a proposta, é a "exercida por trabalhador legalmente habilitado, pertencente à categoria com estatuto próprio, que desempenhe suas funções com independência técnica e por conta própria". O projeto foi relatado por Benedito de Lira (PP-AL).

Cícero Lucena ressaltou que a liberdade de trabalho de profissionais liberais tem sido tolhida em alguns municípios devido a medidas que impedem que o profissional receba clientes em casa.

De acordo com projeto, que agora vai para a Câmara dos Deputados, terão de ser imunizadas as meninas que têm entre 9 e 13 anos de idade; vírus pode provocar o câncer de colo de útero

Senado aprova inclusão da vacina anti-HPV no SUS

O PROJETO DE lei que prevê a vacinação de meninas com idade entre 9 e 13 anos contra o papilomavírus humano (HPV) pelo Sistema Único de Saúde (SUS) foi aprovado ontem em turno suplementar pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O vírus HPV causa o câncer de colo de útero.

A decisão da CAS tem caráter terminativo — o projeto (PLS 238/11) não precisará ser votado pelo Plenário do Senado e irá para a Câmara.

A proposta inicial, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), previa a imunização das mulheres de 9 a 40 anos. A relatora, Marta Suplicy (PT-SP), decidiu priorizar a faixa etária de 9 a 13 anos.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, argumentou Marta, a vacinação em meninas nessa faixa etária é mais eficaz e representa maior economia de dinheiro para o poder público.

Marta Suplicy observou que apenas no primeiro ano será exigido um orçamento maior

para a vacinação — R\$ 600 milhões. Nos anos seguintes, o valor cairá para R\$ 150 milhões, pois serão vacinadas somente as meninas que entrarem no grupo etário.

O substitutivo aprovado ontem reforça o cuidado com a prevenção, como o exame papanicolau, e as ações de combate ao câncer de colo de útero. A vacinação deve priorizar regiões com menor cobertura de exames de detecção desse tipo de câncer.



Comissão de Assuntos Sociais: vacinação anti-HPV custará R\$ 600 milhões no primeiro ano e R\$ 150 milhões nos demais

Cirurgia plástica poderá ser logo após retirada da mama

No momento em que se submeterem à retirada da mama por causa de câncer, as mulheres poderão ter direito à cirurgia plástica reparadora pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Um projeto com esse objetivo (PLS 43/12) foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Uma lei em vigor já assegura a plástica reparadora das mamas pelo SUS em caso de câncer. A novidade estabelecida pelo projeto é que o procedimento poderá ser realizado durante a intervenção cirúrgica para tratamento da doença.

De Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o texto prevê que a cirurgia reparadora seja feita nas duas mamas, garantindo simetria e reconstrução dos mamilos. A relatora da matéria na comissão, Ângela Portela (PT-RR), informou que mais de 20 mil mulheres aguardam a reconstrução da mama pelo SUS.

Decisão beneficia deficiente em cursos de qualificação

Programas e ações de qualificação profissional financiados com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) deverão destinar, pelo menos, 10% das vagas a pessoas com deficiência. É o que prevê projeto (PLS 621/11) de Lídice da Mata (PSB-BA) aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Apesar de a legislação (Lei 8.213/91) obrigar as empresas com mais de cem empregados a reservarem de 2% a 5% dos cargos a pessoas com deficiência, observou Lídice da Mata, as vagas não são ocupadas por falta de qualificação desses trabalhadores.

O relatório, elaborado por Eduardo Suplicy (PT-SP), foi lido por Paulo Paim (PT-RS), que ressaltou que a proposta observa recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Fim de demissão por embriaguez passa em comissão

O trabalhador não poderá ser demitido por justa causa em razão de embriaguez habitual, conforme projeto de lei de Eduardo Lopes (PRB-RJ) aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais.

A proposta (PLS 83/12) exclui da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT — Decreto-Lei 5.452/43) a possibilidade de demissão nesse caso. Mantém, no entanto, a embriaguez em serviço como justificativa para demissão. De acordo com o projeto, a justa causa para demitir o alcoolista clinicamente diagnosticado poderá ser aplicada se ele deixar de se submeter a tratamento.

O projeto, relatado por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), será examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, quando não precisa passar pelo Plenário.

Portador de lúpus deve ficar isento do IR em aposentadoria

Portadores de lúpus poderão ficar livres do Imposto de Renda sobre os proventos de aposentadoria. Projeto de lei aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais inclui a enfermidade no rol de doenças graves para fins de isenção.

Autora do substitutivo apresentado ao projeto de Vicentinho Alves (PR-TO), Lídice da Mata (PSB-BA) explicou que o texto original do PLS 603/11 previa medidas já contempladas nas regras gerais do Sistema Único de Saúde (SUS). Por isso, a senadora incluiu a isenção do Imposto de Renda aos doentes de lúpus, no que se refere aos proventos de aposentadoria ou reforma causada pela doença.

A comissão também aprovou o substitutivo ao PLS 32/97, que prevê todos os tratamentos necessários pelo SUS ao paciente com neoplasia maligna.

Educação básica precisa de mais participação do governo federal, dizem debatedores

Apesar dos avanços, a participação e a contribuição da União na educação básica do país têm sido insuficientes, afirmaram debatedores durante audiência pública sobre o tema na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Na opinião do secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Cesar Callegari, o país possui um sistema avançado de avaliação da educação básica e superior. Ele apontou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como

uma possibilidade real de o estudante ingressar no ensino superior, privado ou público.

Já o pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fernando Veloso, disse que é preciso estabelecer diretrizes iguais, com metas de aprendizagem, para todos os estados e regiões do país. Segundo ele, 70% dos jovens brasileiros estão abaixo do nível básico de proficiência em matemática e 54%, em ciências.

— O sistema educacional do país é um dos melhores do

mundo, mas o governo pode fazer muito mais — afirmou.

A diretora executiva do

Movimento Todos Pela Educação, Priscila Fonseca da Cruz, elogiou o estágio atingido



Priscila Fonseca da Cruz, Cristovam Buarque e Cesar Callegari em debate na CE

pelos fundos de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e do Ensino Fundamental (Fundef), mas considerou que é necessário avançar mais com o Plano Nacional de Educação (PNE) e seus arranjos, fortalecer os municípios e instituir um currículo educacional nacional.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que o Brasil joga a responsabilidade da educação e da saúde para os municípios, mas não oferece a contrapartida, que é o recurso.

Revista aprofunda debate sobre inovação no Brasil, diz Braga

Em sua 12ª edição, *Em Discussão!* divulga e amplia as análises realizadas no Senado sobre pesquisa científica e desenvolvimento no país

A COMISSÃO DE Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) lançou ontem o 12º número da revista *Em Discussão!*, sobre pesquisa científica, desenvolvimento e inovação no Brasil. Elaborada pela equipe do **Jornal do Senado**, a revista faz um diagnóstico da área a partir dos debates na CCT com representantes do governo e especialistas no seminário Caminhos para a Inovação e na audiência sobre o projeto de criação do novo Código de Ciência, Tecnologia e Inovação (PLS 619/11), ambos ocorridos entre maio e junho.

Autor do projeto do novo código, o presidente da CCT, Eduardo Braga (PMDB-AM), ressaltou a qualidade dos debates registrados na revista, que contaram com a participação de grandes nomes da ciência no Brasil e no mundo, como o físico Marcelo Gleiser e o neurocientista Miguel Nicolelis.

Na avaliação do senador, outras publicações, que são

mais voltadas para o mercado, raramente dão espaço para a reflexão mais profunda sobre ciência e tecnologia.

— Além da síntese dos debates, a revista *Em Discussão!* traz importantes gráficos e mapas que fornecem subsídios para que possamos pensar a situação do Brasil hoje nesse campo e formular políticas para o setor — avaliou.

Ele destacou os *rankings* que posicionam o Brasil em torno do 50º lugar em competitividade, apesar de o país ser, hoje, a sexta economia do mundo.

Segundo Braga, os números divulgados pela revista mostram que o Brasil não pode depender apenas da produção e exportação de matéria-prima (*commodities*), como produtos agrícolas, minério e petróleo.

— O Brasil de hoje precisa entregar ao futuro um país mais competitivo. Para isso, o setor privado também tem de investir mais em inovação. A revista revela que a China investiu fortemente em pesquisa

e desenvolvimento a partir dos anos 2000. E isso faz a diferença hoje — argumentou.

Gim Argello (PTB-DF), vice-presidente da CCT, afirmou que, “mobilizando a elite pensante do país, o Senado busca informações para que possamos contribuir com o desenvolvimento do Brasil”.

Para o secretário executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luiz Antônio Elias, a revista põe em destaque um tema de extrema importância. Na avaliação dele, “o Brasil tem feito grandes esforços para superar as dificuldades na área”, com iniciativas como o Plano Brasil Maior — que estabelece uma política industrial, tecnológica e de comércio exterior —, e a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

— Estamos avançando em ciência e tecnologia. Isso nos coloca também no caminho da inovação. A fórmula mostra que mais conhecimento se traduz em mais competitividade.

População pode conhecer opinião de especialistas

Eunício Oliveira (PMDB-CE) e o diretor da Secretaria Especial de Comunicação do Senado (Secs), Fernando Cesar Mesquita, destacaram o papel da revista como instrumento de divulgação das atividades da Casa.

Mesquita explicou que, nas audiências realizadas pelas comissões, por exemplo, participam especialistas que dão grandes contribuições para projetos no país.

— É preciso dar a conhecer isso à população — completou.

O editor-chefe da revista, João Carlos Teixeira, ressaltou que a publicação procura divulgar assuntos relevantes, “em linguagem leve e didática sem perder a densidade”, de maneira a despertar, ao mesmo tempo, o interesse de especialistas e de leigos.

Propostas para Conferência Mundial de Telecomunicações

As propostas que o Brasil defenderá em dezembro, em Dubai, na Conferência Mundial sobre Telecomunicações Internacionais serão discutidas em audiência pública na CCT, em data a ser marcada. O requerimento do debate é de Walter Pinheiro (PT-BA) e Lídice da Mata (PSB-BA).

Lídice explicou que a conferência terá como objetivo debater e revisar regulamentos de telecomunicações internacionais, criados para facilitar negociações entre empresas que atuam em diversos países, além de discutir novos ordenamentos legais, necessários frente ao avanço tecnológico no setor.

— Pela primeira vez, será realizada uma consulta pública internacional promovida pela UIT [União Internacional de Telecomunicações, integrante da Organização das Nações Unidas] — frisou a senadora, explicando que, no Brasil, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) é a responsável pelas reuniões preparatórias para a conferência.

A CCT aprovou ainda requerimento de mais duas audiências: uma sobre a qualidade dos serviços de telefonia móvel e a previsão de investimentos das operadoras no setor e outra sobre a instalação de infraestrutura de telecomunicações nas cidades, como antenas de telefonia celular, no contexto das políticas urbanas, ambiental e de saúde. A data dos debates ainda será divulgada pela comissão.



Luiz Antônio Elias, Eduardo Braga e Fernando Cesar Mesquita, na CCT, lançam a revista *Em Discussão!*, que tem como tema ciência, tecnologia e inovação

Mozarildo destaca aniversário de entidade maçônica em Minas Gerais

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) assinalou a passagem dos 68 anos do Grande Oriente do Brasil em Minas Gerais. Ele disse que o estado é o segundo maior em número de maçons dentro do Grande Oriente, a mais antiga associação de lojas maçônicas brasileira.

O senador explicou que a Maçonaria

tem outros dois grandes grupos no Brasil: a Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil e as Grandes Lojas.

Segundo Mozarildo, a primeira loja em Minas Gerais foi fundada em julho de 1822, na antiga Vila Rica (hoje Ouro Preto), pelo colonizador francês Guido Marlière, para receber a visita de d. Pedro I. O senador disse que a independência do Brasil foi decidida em uma loja maçônica em 20 de agosto de 1822, com a participação de d. Pedro I, José Bonifácio e Gonçalves Lêdo.

Mozarildo observou que a bandeira mineira traz um conhecido símbolo maçônico, o triângulo, e os dizeres “*Libertas quae sera tamen*” (Liberdade ainda que tardia) remetem a um dos pilares da Maçonaria, a liberdade.



Mozarildo: símbolo maçom na bandeira mineira

Valadares lembra centenário de dois ex-governadores de Sergipe

A memória de dois ex-governadores de Sergipe e ex-senadores pelo estado, José Rollemberg Leite e Augusto do Prado Franco, que completariam 100 anos este mês, foi homenageada por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Rollemberg Leite nasceu em 19 de setembro de 1912, em Riachuelo (SE), e Augusto

Franco, no dia 4, em Laranjeiras (SE).

O senador apresentou requerimento de congratulações para a família de José Rollemberg Leite, “um exemplo de homem público, que ajudou a desenvolver o estado”.

Valadares também registrou a realização, no dia 10, de uma solenidade na Assembleia Legislativa do estado para homenagear a memória do empresário Augusto Franco, com presença de pessoas de vários segmentos da sociedade.

— Quando o estado se reúne para comemorar festivamente 100 anos de Augusto Franco, o seu povo está a demonstrar que o passado dos homens públicos que valorizaram a nossa história com seu trabalho deve ser exaltado e enaltecido — afirmou.



Valadares: homens com passado a ser enaltecido